Seis vereadores fizeram a destinação de verbas

EMENDAS IMPOSITIVAS

Vereadores destinam mais de R$ 850 mil à Adin

A associação possui mais de 624 famílias cadastradas

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Na tarde de terça-feira, 29, mais uma Sessão Ordinária foi realizada no plenário Daniel Lopes da Silva, quando estiveram presentes munícipes tangaraenses, mais especificamente da Associação das Diversidades Intelectuais (Adin), que teve aprovado pela Casa de Leis o repasse na ordem de R$ 850.181,41.

O valor será destinado através de Emendas Impositivas dos vereadores Ademir Anibale (MDB), Dona Neide (PSDB), Elaine Antunes (Podemos), Eduardo Sanches (Republicanos), Horácio Pereira (União) e Nivaldo Leiteiro (Podemos).

A entidade foi fundada em novembro de 2022, tendo sua diretoria empossada em fevereiro deste ano, com atendimentos iniciados em maio.

Por ser uma associação sem fins lucrativos conta com parcerias para manter os diversos tipos de serviços atualmente prestados, uma vez que foi fundada com o objetivo de defender, acolher e prestar atendimento a crianças portadoras de necessidades intelectuais e suas famílias, que agradecem aos legisladores pela verba que em muito ajudará a associação. "Significa muito para a associação, porque a Adin está ganhando força com a ajuda da Câmara de Vereadores e com essa aprovação, a Adin vai continuar com os trabalhos que eu, como mãe, só tenho que agradecer", comemora Angelina Vieira Apolicarpo.

> "A Adin está ganhando força com a ajuda da Câmara de Vereadores

A associação possui mais de 624 famílias cadastradas e realiza atendimento para mais de 60 crianças com síndromes diversas, por meio de equipe multiprofissional, tais como: neuropediatra, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, entre outros, bem como, o desenvolvimento de outros projetos e atividades.

MUNICIPALISMO

Prefeituras de MT param em protesto contra queda nas receitas

O FPM teve uma queda de 35.30% em relação a 2022

Assessoria

Mais de 70 municípios mato-grossenses aderiram ao protesto contra a redução de receita e para cobrar a votação de projetos importantes no Congresso Nacional. A manifestação, realizada em vários estados nesta quarta-feira, 30, conta com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) mobilizou os prefeitos para participarem do movimento, que conta com a adesão de prefeituras de várias regiões do país. As reivindicações são comuns e visam o atendimento de pautas importantes, como o aumento de repasses federais e a aprovação de projetos que contribuam para a autonomia financeira dos municípios.

O presidente da AMM, Neurilan Fraga, destacou que se trata de um protesto pacífico, mas não passivo, pois também visa esclarecer a sociedade sobre as dificuldades que a gestão municipal enfrenta para atender as demandas diárias da comunidade. "As atribuições e responsabilidades das prefeituras são desproporcionais aos recursos repassados, que historicamente são insuficientes para honrar todos os compromissos. Neste segundo semestre os municípios estão sendo impactados pela redução no repasse do FPM, que é uma das principais fontes de receita das prefeituras", assinalou.

> "Municípios estão sendo impactados pela redução no repasse do FPM

No primeiro repasse de julho aos municípios de Mato Grosso, o FPM teve uma queda de 35.30% em relação ao mesmo período de 2022. No primeiro repasse de agosto houve queda de aproximadamente 24%. No acumulado mensal de julho e agosto foram mais de 20% de queda do Fundo, que é uma das principais receitas de 63 municípios do estado.

Fraga ressaltou que uma das prioridades do movimento municipalista é a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 25/2022, que prevê o aumento de 1,5% do FPM no mês de março, garantindo um adicional de R$ 11,3 bilhões aos municípios brasileiros.

Presidente da AMM, Neurilan Fraga

A inclusão de propostas dos municípios no texto da Reforma Tributária também é considerada uma demanda importante, pois visa garantir imunidade tributária plena, equilíbrio tributário, entre outras medidas que preservem a autonomia dos municípios.